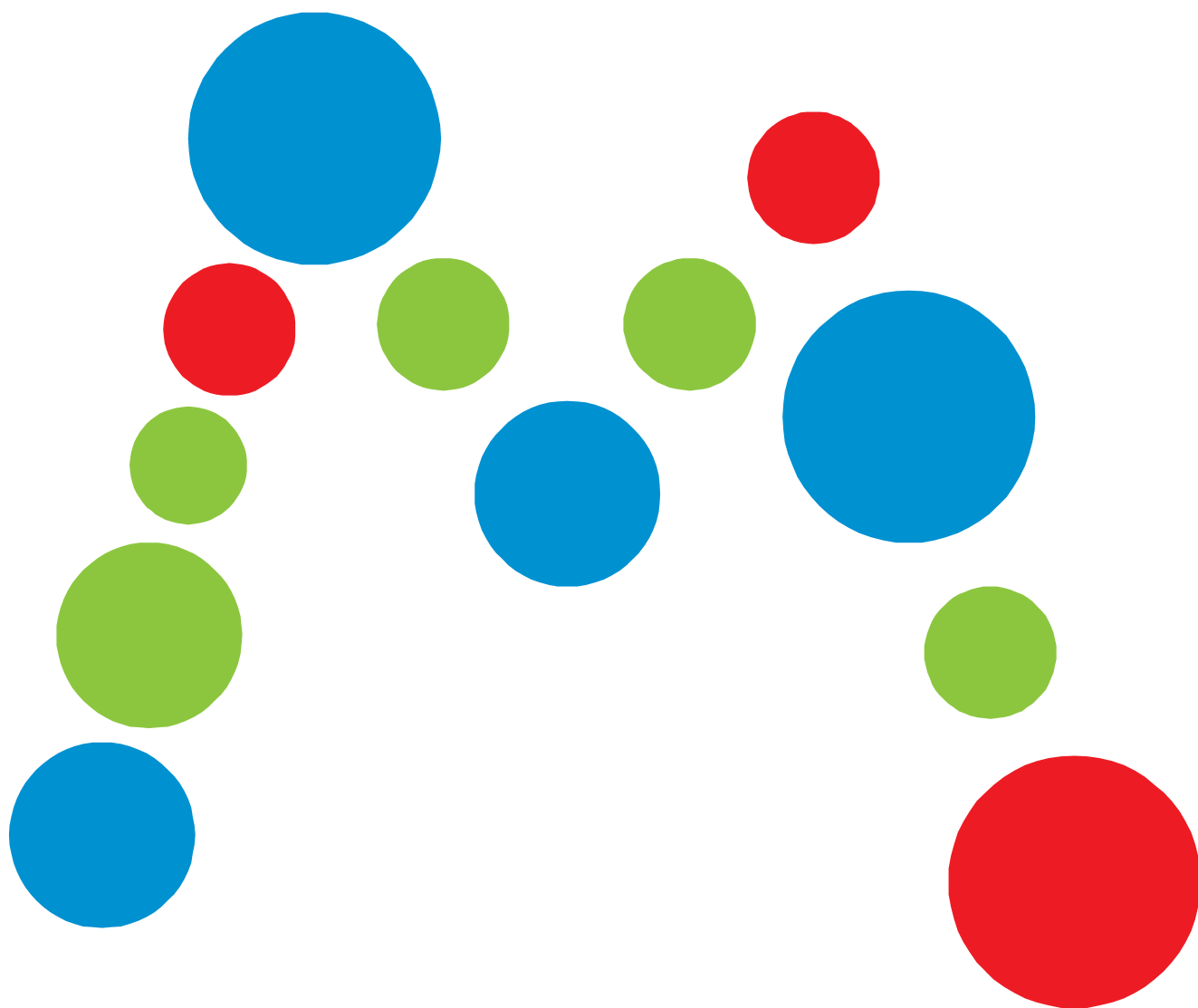


Mercados

informação global



Uruguai Ficha de Mercado

Janeiro 2012



aicep Portugal Global

Índice

1. O País em Ficha	3
2. Economia	4
2.1 Situação Económica e Perspectivas	4
2.2 Comércio Internacional	7
2.3 Investimento	12
2.4 Turismo	14
3. Relações Económicas com Portugal	14
3.1 Comércio	14
3.2 Serviços	19
3.3 Investimento	19
3.4 Turismo	19
4. Relações Internacionais e Regionais	20
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	22
5.1 Regime Geral de Importação	22
5.2 Regime de Investimento Estrangeiro	24
5.3 Quadro Legal	25
6. Informações Úteis	27
7. Endereços Diversos	28
8. Fontes de Informação	32
8.1 Informação Online aicep Portugal Global	32
8.2 Endereços de Internet	33

1. O País em Ficha

Área:	176.065 Km ²
População:	3,4 milhões de habitantes (estimativa oficial Junho 2010)
Densidade populacional:	19 hab./km ² (estimativa 2010)
Designação oficial:	República Oriental do Uruguai
Chefe do Estado e do Governo:	Presidente José Mujica (eleito em Novembro de 2009; tomou posse em Março 2010)
Data da actual Constituição:	27 de Novembro de 1966, alterada em 1986, 1996 e 2004
Principais Partidos Políticos:	<u>Governo</u> : Frente Amplio (FA). <u>Oposição</u> : Partido Nacional (PN); Partido Colorado (PC); Partido Independente (PI); As próximas eleições presenciais e legislativas estão previstas para Outubro de 2014.
Capital:	Montevideo (1, 633 mil habitantes, 2009)
Outras cidades importantes:	Canelones; Maldonado, Salto, Colónia; Paysandú
Religião:	Católica Romana – 47,1%; Cristã não Católica – 11,1%, Não Denominacionais – 23,2%, etc.
Língua:	Espanhol
Unidade monetária:	Peso Uruguaio (UYU) 1 EUR = 27,32 UYU (finais de 2011) 1 USD = 20,47 UYU (finais de 2011)
Risco País:	Risco político - BBB Risco de estrutura económica - B Risco país - BB (AAA = risco menor; D = risco maior) (EIU – Dezembro 2011)
Risco de crédito:	3 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – última actualização em Outubro 2011 - http://cgf.cosec.pt)
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado:	Exp. + Imp./ PIB = 39,7% (2010) Imp. / PIB = 20,1% (2010) Imp. / Imp. Mundial = 0,06% (2010)

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU): Country Report – Dezembro 2011; Viewswire – Dezembro 2011
WTO - World Trade Organization
CIA – The World Factbook
Banco de Portugal; COSEC

2. Economia

2.1 Situação Económica e Perspectivas

Segundo o *Global Competitiveness Report 2011-2012*, do Fórum Económico Mundial, o Uruguai, com um PIB *per capita* de 11.998 USD, em 2010, posicionava-se no 48º lugar a nível mundial, num conjunto de 142 países, encontrando-se, contudo, à cabeça dos países da América do Sul. Tendo em consideração que, em termos populacionais, figurava no 110º lugar a nível mundial, pode concluir-se que a produtividade média uruguaia superava de longe a média mundial.

Conforme aquele relatório, no conjunto dos 142 países, classificados em 3 estádios de desenvolvimento económico (1º - *factor-driven*, 2º *efficiency-driven* e 3º - *innovation-driven*), mais 2 de transição, o Uruguai encontrava-se no 2º de transição, para o 3º estádio de desenvolvimento, o mais avançado, juntamente com a Argentina, Brasil e Chile. Colocava também o Uruguai no 63º lugar no seu *Global Competitiveness Report 2011-2012*, apenas atrás do Chile e Brasil, no âmbito dos países da América do Sul.

Segundo dados da CIA – *World Factbook*, em 2010, a agricultura respondia por 9,2% do PIB, a indústria por 21,4% e os serviços por 69,4%. Todavia, a importância do sector agro-pecuário para a economia do país é muito superior à sugerida por aquele rácio, pois proporciona a maior parte das matérias-primas processadas pela indústria transformadora bem como o grosso das exportações do país, respondendo também por 13% do emprego, ligeiramente aquém da indústria (14%).

É de notar que as exportações com origem no sector agro-pecuário respondem, nos últimos anos, por mais de 60% do valor global exportado e que a matriz produtiva do país se vem transformando ultimamente graças à importância crescente do sector florestal, graças ao desenvolvimento da indústria madeireira e, em particular, de celulose, o que reflecte bem a especificidade do tecido económico uruguaio. Daí que a balança comercial uruguaia acuse uma sensibilidade acentuada às oscilações dos preços das suas *commodities* nos mercados internacionais.

Apesar de, no âmbito das energias renováveis, o desenvolvimento da energia eólica ser uma das apostas futuras do país, e sendo a energia hidroeléctrica praticamente a única fonte de energia primária, a estrutura económica uruguaia apresenta-se muito vulnerável às fortes flutuações dos preços dos combustíveis no mercado mundial, sendo, assim, por esse lado, a sua balança comercial também penalizada.

Finalmente, uma breve nota para os esforços levados a cabo pelas autoridades competentes tendo em vista a superação do abrandamento do crescimento económico, ou seja, o regresso da expansão da actividade económica ao dinamismo anterior á crise económico-financeira mundial, bem como o controlo da inflação que continua bem acima da banda de 4-6% estabelecida pelo Banco Central de Uruguai (BCU).

Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2008 ^a	2009 ^a	2010 ^a	2011 ^a	2012 ^b	2013 ^b
População	Milhões	3,3	3,3	3,4 ^c	3,4 ^c	3,4	3,4
PIB a preços de mercado	10 ⁶ SD	31.178	31.511	41.264	48.514 ^c	49.698	52.296
PIB per capita	USD	9.447	9.548	12.136 ^c	14.268 ^c	14.617	15.381
Crescimento real do PIB	%	8,6	2,6	8,5	5,7	3,9	3,9
Consumo privado	Var. %	8,7	2,1	11,4	6,3	4,2	4,1
Consumo público	Var. %	5,6	3,9	2,2	3,5	3,6	3,6
Formação bruta de capital fixo	Var. %	19,6	-6,3	14,4	8,5	4,0	5,3
Taxa de desemprego - média	%	7,6	7,3	6,7	6,0	6,2	6,0
Taxa de inflação (fim período)	%	9,2	5,9	6,9	7,8	6,2	5,8
Dívida pública	% do PIB	61,6	60,4	55,9	52,5	50,5	48,3
Saldo do sector público	% do PIB	-1,5	-1,7	-1,2	-1,4	-1,2	-1,0
Dívida externa	10 ⁶ USD	10.985	12.159	12.248	11.939 ^c	12.459	13.122
Dívida Externa	% do PIB	35,2	38,6	29,7	24,6 ^c	25,1	25,1
Balança corrente	10 ⁶ USD	-1.729	-105	-442	-860	-1.000	-1.430
Balança corrente	% do PIB	-5,5	-0,3	-1,1 ^c	-1,8 ^c	-2,0	-2,7
Taxa de câmbio (fim período)	USD=UYU	24,35	19,63	20,09	20,47	21,47	22,48

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU) Dezembro 2011

Notas:
(a) Actual
(b) Previsões
(c) Estimativas

No período de 2007-2011, o PIB uruguaio cresceu a uma taxa média de 6,5% ao ano, superando de longe mesmo a taxa média de crescimento do PIB mundial de 1,9% ao ano.

Sem dúvida que o agravamento da crise económico-financeira mundial, em 2009, figura como um marco na evolução da actividade económica, tanto a nível mundial quanto a nível uruguaio. Mas, enquanto que o Uruguai acusou uma desaceleração da expansão de sua economia de 8,6% em 2008 para 2,6% em 2009, a taxa de crescimento do PIB mundial caiu de 1,3% para -2,5%. Também, enquanto que a taxa média de crescimento do PIB uruguaio nos dois anteriores a 2009 foi de 8%, nos dois anos posteriores desacelerou para 7,1%, mostrando a persistência das sequelas deixadas pela crise na sua economia.

É de realçar que, em 2012 e 2013, segundo as previsões do *Economist Intelligence Unit* (EIU), o PIB uruguaio deverá crescer a uma taxa média de 3,9% ao ano, continuando assim a tendência descendente, reflectindo também a persistência dos efeitos negativos da crise económico-financeira na sua economia, em consequência de uma procura externa mais branda e de uma formação bruta de capital fixo menos dinâmica (o investimento deverá ser suportado principalmente por projectos de investimento estrangeiro e por investimentos de PPP em infra-estruturas).

A taxa de inflação que vinha subindo continuamente de 4,9% em 2005 para 9,2% em 2008, desacelerou acentuadamente para 5,9% em 2009, reflectindo o abrandamento da actividade económica. Em 2010 e 2011, a taxa de inflação subiu para 6,9% e 7,8%, impulsionada pelas importações de *commodities* e o reforço da procura interna, mesmo assim ainda bastante aquém da taxa de inflação de 2008 (9,2%). As previsões apontam para um abrandamento da taxa de crescimento da inflação para 6,2% e 5,8%, em 2012 e 2013, respectivamente, em conformidade com a desaceleração prevista da expansão da actividade económica, o declínio dos *commodities prices* e o enfraquecimento da procura doméstica.

A taxa média de desemprego tem vindo a baixar de forma contínua, a um ritmo mais ou menos acentuado, de 17% em 2002 para 6% em 2011, tendo, até 2008, acompanhado, com maior ou menor rigor, a evolução tendencialmente ascendente da actividade económica, e, posteriormente, independentemente do seu abrandamento.

Segundo as previsões do EIU, a taxa média de desemprego, após subir ligeiramente para 6,2% em 2012, deverá diminuir novamente para 6% em 2013, apesar do abrandamento bastante mais acentuado da expansão da actividade económica, nesse período.

Tendo alcançado o equilíbrio orçamental em 2007 (o saldo evoluiu positivamente de -3,7% do PIB em 2002 até 0,0% do PIB em 2007), o saldo do sector público regrediu para -1,5% e -1,7% do PIB, em 2008 e 2009, respectivamente, diminuindo de seguida para -1,2% e -1,4% em 2010 e 2011, respectivamente, apontando as previsões para a sua redução até -1% do PIB em 2013.

É objectivo governamental manter a política fiscal disciplinada, propondo-se reduzir a dívida pública de 52,5% do PIB em 2011 para baixo de 40% do PIB até finais de 2014, o que exige uma redução do défice orçamental para menos de 1% do PIB.

Também, segundo dados do EIU, a dívida pública uruguaia tem evoluído positivamente, de 62,4% do PIB em 2007 para 52,5% em 2011, não tendo, portanto, acusado quaisquer efeitos negativos da crise económico-financeira mundial, apontando as previsões para a sua redução até 48,3% do PIB em 2013.

De um modo geral, pode dizer-se que, após uma evolução mais ou menos gravosa, nos primeiros três anos do período de 2007-2011, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, a balança corrente tem vindo desde então a dilatar o seu saldo negativo. Tendo registado um pico máximo de -5,5% do PIB em 2008 e um pico mínimo de -0,3% do PIB em 2009, subiu para -1,1 e -1,8% do PIB, em 2010 e 2011, respectivamente, apontando as previsões para a continuação do agravamento desta tendência para -2,0 e -2,7% do PIB, em 2012 e 2013, respectivamente.

A balança de rendimentos teve uma influência decisiva no défice da balança corrente, em termos absolutos, enquanto que a balança comercial influenciou sobretudo o diapasão de sua evolução oscilatória; as balanças de serviços e, em menor media, de transferências surgem como contrapesos positivos, ou seja, refreiam os efeitos negativos das outras duas balanças.

A dívida externa tem vindo a evoluir mais ou menos em consonância com a evolução da balança corrente, representando 35,1% do PIB em 2010 (dados do BCU).

2.2 Comércio Internacional

No contexto mundial, em 2010 (último ano disponível), o Uruguai posicionava-se no 96º lugar no *ranking* mundial de exportadores, com uma quota de mercado de 0,04%, e no 93º lugar no *ranking* de importadores, com uma quota de mercado de 0,06%. Em relação a 2007, tinha ganho 5 lugares como exportador e melhorado a sua quota de mercado de 0,03% para 0,4%, e 11 lugares como importador e melhorado a sua quota de mercado de 0,04% para 0,06%.

No período de 2007-2011, as exportações cresceram a uma taxa média de 18,5% ao ano, e as importações a uma taxa média de crescimento de 20% ao ano, tendo, portanto, as importações acusado uma evolução tendencialmente mais dinâmica que as exportações; o défice comercial registou um agravamento de 58,5%, enquanto que a taxa de cobertura das importações pelas exportações melhorou ligeiramente de 90,3% para 91,8%.

É de realçar o maior dinamismo do PIB que da balança comercial, como resulta da diminuição do saldo comercial de -2,3% do PIB em 2007 para -1,8% do PIB em 2011, tendo paralelamente a participação das exportações no PIB caído de 21,3% para 20%, e a das importações de 23,6% para 21,8%, do que resultou uma queda mais acentuada da taxa de abertura da economia uruguaia ao exterior de 44,9% em 2007 para 41,9% em 2011.

Sem dúvida que o agravamento da crise económico-financeira mundial em 2009 deixou marcas indeléveis no relacionamento da economia uruguaia com o exterior. Com efeito, as exportações registaram uma contracção de 9,7% e as importações de 24,2%, em relação a 2008, com uma grande redução do saldo comercial de -5,5% do PIB em 2008 para -0,9% do PIB em 2009; no biénio anterior ao agravamento as exportações cresceram cumulativamente 55,7% e as importações 72,3%, enquanto que no subsequente cresceram apenas 46,4% e 51,8%, respectivamente, apesar da base referencial de partida ser significativamente mais baixa. É de notar que o sector exportador se vem queixando da perda de competitividade em relação aos seus dois principais parceiros comerciais (Argentina e Brasil), devido principalmente às maiores depreciações de suas moedas em relação ao USD.

Segundo os dados do EIU, já no segundo trimestre de 2010 terá sido atingido o valor exportado pelo Uruguai em 2008, enquanto que o das importações apenas no primeiro trimestre de 2011, deixando claro o maior impacto negativo da crise económico-financeira mundial nas importações.

Evolução da balança comercial

10 ⁶ USD	2007	2008	2009	2010	2011 ^a
Exportação fob	5.100	7.096	6.408	8.069	9.721
Importação fob	5.645	8.810	6.677	8.320	10.585
Saldo	-545	-1.715	-269	-251	-864
Coefficiente de cobertura (%)	90,3	80,5	96,0	97,0	91,8
Posição no "ranking" mundial					
Como exportador	101 ^a	98 ^a	96 ^a	96 ^a	n.d.
Como importador	104 ^a	96 ^a	100 ^a	93 ^a	n.d.

Fontes: EIU, World Trade Organization (WTO)

Notas: (a) – Estimativa;
n.d. – não disponível

Em 2010, a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração) é o principal parceiro comercial do Uruguai (da qual faz parte), tendo-lhe, em 2010, absorvido 42% das exportações e fornecido 47,9% das importações, destacando-se, no seu seio, o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul, do qual faz parte juntamente com a Argentina, o Brasil e Paraguai; a Venezuela aguarda a ratificação do respectivo Tratado de adesão pelo Paraguai, para ser membro de pleno direito) como o maior parceiro comercial do Uruguai tanto do lado das exportações como das importações.

No âmbito do MERCOSUL (32% das exportações e 36,1% das importações), o Brasil distinguia-se claramente assumindo o 1º lugar tanto no *ranking* de clientes como no de fornecedores, com quotas de mercado de 21,5% e 21,1%, respectivamente, seguido da Argentina em 2º lugar, tanto do lado das exportações como das importações, com quotas de mercado de 7,5% e 20,2%, respectivamente.

É de realçar que, no seu conjunto, o continente americano absorvia, em 2010, apenas 46,3% das exportações uruguaias e 59,6% de suas importações, com os EUA comprando ao Uruguai 2,9% de suas exportações globais, e vendendo-lhe 9,9% do valor total de suas compras.

Fora da América, em 2010, no grupo dos 10 primeiros clientes do Uruguai surgiam a China, Rússia, Alemanha e Espanha; no dos 10 primeiros fornecedores a China, Alemanha, Espanha, Itália e França.

A Europa figurava, em 2010, como o 2º cliente do Uruguai, comprando-lhe 23,9% de suas exportações, e o 3º fornecedor, vendendo-lhe 15,4% de suas compras no exterior.

Comprando-lhe 8,9% de suas exportações, a Ásia surgia no 3º lugar no *ranking* de clientes do Uruguai, e, vendendo-lhe 19,2% de suas compras no exterior, no 2º lugar no de fornecedores, com realce para a China que lhe comprava e vendia 5,5% e 16,2%, respectivamente.

Em 2010, segundo o *International Trade Center* (ITC), Portugal ocupava o 20º lugar no *ranking* de clientes do Uruguai com uma quota de mercado 1,14%, e o 50º lugar no de fornecedores com uma quota de mercado de 0,12%, tendo, no período de 2006-2010, ganho 21 lugares no *ranking* de clientes e melhorado a sua quota de mercado de 0,32% para 1,14% (+256,3%), e 2 lugares no de fornecedores e melhorado a sua quota de mercado de 0,06% para 0,12% (+100%).

É de notar os esforços bem sucedidos, levados a cabo pelo Uruguai, no sentido da diversificação dos mercados de destino de suas exportações. Com efeito, segundo os dados do *Instituto de Promoción de la Inversión y Exportaciones “Uruguay XXI”*, em relação a 2001, o Uruguai exportava para mais 54 novos mercados em 2011, o que se traduziu também numa redução do grau de concentração das exportações globais de 55% para 47% nos cinco primeiros mercados de destino. Verificou-se igualmente uma diminuição das exportações relativas para as economias mais desenvolvidas, em favor das exportações em direcção das economias em desenvolvimento, em conformidade com as tendências registadas na economia mundial. Em especial, verificou-se uma forte redução das exportações para a América do Norte, de 15% em 2001 para 6% em 2011, do valor global exportado, tendo também diminuído as exportações para a União Europeia, de 19% para 15%, no mesmo período, o que permitiu ao Uruguai superar a crise mundial mais facilmente.

Finalmente, é de realçar o papel do desenvolvimento das Zonas Francas uruguaias no aumento das exportações do país, as quais respondiam por 11% do valor global das exportações em 2011 (1% em 2001).

Principais Clientes

Mercado	2008		2009		2010	
	quota	posição	quota	posição	quota	posição
Portugal	0,51	nd	0,40	nd	1,13	20 ^a
Brasil	16,44	nd	20,27	nd	21,52	1 ^a
Zona Franca Nueva Palmira	6,10	nd	11,39	nd	10,20	2 ^a
Argentina	8,47	nd	6,27	nd	7,46	3 ^a
China	2,92	nd	4,28	nd	5,52	4 ^a
Rússia	5,57	nd	4,06	nd	5,30	5 ^a
Venezuela	3,97	nd	3,39	nd	3,67	6 ^a
Alemanha	3,53	nd	2,92	nd	3,54	7 ^a
Zona Franca Fray Bentos	2,44	nd	3,68	nd	3,27	8 ^a
EUA	3,62	nd	3,27	nd	2,97	9 ^a
Espanha	4,02	nd	2,71	nd	2,66	10 ^a
ALADI ¹	39,5		38,1		42,0	

Fonte: Instituto de Promoción de la Inversión y Exportaciones “Uruguay XXI”

Notas: ALADI – Associação Latino-Americana de Integração (engloba 13 dos 20 países de América Latina)

Principais Fornecedores

Mercado	2008		2009		2010	
	Quota	Posição	Quota	Posição	Quota	Posição
Portugal	0,40%	nd	0,07%	nd	0,10	43^a
Brasil	21,8	nd	22,1	nd	21,1	1 ^a
Argentina	21,4	nd	22,8	nd	20,2	2 ^a
China	14,0	nd	15,1	nd	16,2	3 ^a
EUA	8,2	nd	9,8	nd	9,0	4 ^a
Alemanha	2,2	nd	3,2	nd	2,8	5 ^a
México	1,8	nd	1,9	nd	2,5	6 ^a
Espanha	1,4	nd	1,6	nd	2,2	7 ^a
Itália	1,8	nd	2,3	nd	2,0	8 ^a
Chile	1,6	nd	1,8	nd	1,7	9 ^a
França	1,6	nd	1,4	nd	1,7	10 ^a
ALADI	53,2		56,3		47,9	

Fonte: Instituto de Promoción de la Inversión y Exportaciones "Uruguay XXI"

Os dados mais recentes disponíveis, por grandes categorias económicas, relativos à estrutura da balança comercial, permitem relevar os seguintes aspectos:

- Preponderância clara das exportações com origem no sector agro-pecuário, que, segundo o BCU, mais ou menos em consonância com os pressupostos resultantes dos dados da amostra abaixo apresentada, responde por aproximadamente 63% do valor global exportado em 2009, participando os animais vivos e produtos do reino animal com 33,1% no valor global das exportações, os produtos do reino vegetal com 26,9% e os produtos alimentares, bebidas e tabaco com 2,8%;
- Dos restantes 37% do valor global exportado, destacam-se os grupos de madeira e suas obras (6,2%), produtos das indústrias químicas e conexas (5,4%), plásticos, borracha e suas obras (4,8%), matérias têxteis e suas obras (4,5%), e de couros, peles e produtos de couro (3,5%). É de notar a ausência, por assim dizer, na estrutura exportadora, de produtos de alta intensidade tecnológica, respondendo os produtos de média-alta intensidade tecnológica por apenas 3,5% do valor global das exportações – o material de transporte por 2,5% e as máquinas, aparelhos e material mecânico e eléctrico por 1%;
- Regista-se, todavia, uma diversificação da estrutura exportadora, com o peso das exportações tradicionais (carnes, lãs e outras) caindo de 36,8% em 1990 para 30,4% em 2009, em favor das não tradicionais de 63,2% para 69,6%, no mesmo período;

- Do lado das importações, segundo o Instituto Nacional de Estatística, de Uruguai, em 2009, os bens intermédios respondiam por 62% do valor global importado, os bens de consumo por 22% e os bens de capital por 16%, reflectindo uma economia em desenvolvimento, em conformidade com a participação relativamente baixa dos produtos de média-alta e alta tecnologia de 32,7% da amostra no valor global importado;
- A posição cimeira das importações de combustíveis/óleos minerais, etc. fica a dever-se ao facto do país depender completamente, por assim dizer, das importações para a satisfação de suas necessidades, surgindo a Venezuela como seu principal fornecedor (cerca de 58% do total, em 2009).

Finalmente, há que ter em consideração alguma vulnerabilidade das exportações uruguayas resultante do forte peso estrutural das *commodities* no valor global exportado, dado os preços de pelo menos algumas delas no mercado mundial serem, como é sabido, relativamente voláteis.

Principais Produtos Transaccionados - 2009

Exportações / Sector	%	Importações / Sector	%
Carnes e miudezas comestíveis	20,1	Combustíveis/óleos minerais, etc.	21,3
Cereais	14,1	Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	12,0
Sementes/frutos oleaginosos, grãos, etc.	8,4	Veículos e outro material de transporte	9,0
Leite e lacticínios, ovos de aves, mel natural	7,0	Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos	7,7
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	6,5	Plásticos e suas obras	5,2
Plásticos e suas obras	3,5	Produtos diversos para indústrias químicas	3,0
Produtos da indústria de moagem, malte, etc.	3,4	Aubos e fertilizantes	2,4
Lã, pêlos finos ou grosseiros, fios e tecidos, etc.	3,2	Produtos farmacêuticos	2,1
Peixes e crustáceos, moluscos, etc.	3,1	Papel e cartão, obras de pasta de celulose	1,9
Peles, excepto peles com pêlo, e couros	3,1	Produtos químicos orgânicos	1,9

Fonte: Instituto de Promoción de la Inversión y Exportaciones "Uruguay XXI"

Tendo em vista uma percepção mais abrangente da estrutura das importações de Uruguai, indicam-se a seguir os 20 primeiros *itens* de produtos importados, em 2009 (NC, a 4 dígitos):

NC	Designação	% do total
2709	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	12,4
2710	Óleos de petróleo ou minerais betuminosos, exc. óleos brutos; preparações, etc	8,5
8703	Automóveis de passageiros e outros veículos transporte passageiros, etc	2,9
8517	Aparelhos eléctricos para telefonia ou telegrafia, por fios etc; videofones	2,3
8704	Veículos automóveis para transporte de mercadorias	1,9
8471	Máquinas automáticas p/ processamento dados/unidades; leitores magnéticos etc	1,8
3808	Insecticidas, herbicidas, desinfectantes e produtos semelhantes	1,6
8708	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705	1,6
3907	Poliacetais, outros poliéteres e resinas epóxicas, em formas primárias	1,5
3004	Medicamentos, em doses ou acondicionados para venda a retalho	1,3
3105	Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos c/ azoto, fósforo e/ou potássio	1,2
8528	Aparelhos receptores de televisão, etc; monitores e projectores de vídeo	1,1
3102	Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, azotados	0,9
8701	Tractores (excepto os da pp 8709)	0,8
8433	Máquinas p/ colheita/debulha prod agrícolas; cortadores relva e ceifeiras; etc	0,7
8443	Máquinas e aparelhos impressão, exc pp 8471; máquinas auxiliares p/ impressão	0,7
3901	Polímeros de etileno, em formas primárias	0,7
3923	Artigos de transporte ou de embalagem, rolhas, tampas, cápsulas, de plástico	0,6
0903	Mate	0,6
4011	Pneumáticos novos, de borracha	0,6

Fonte: Instituto de Promoción de la Inversión y Exportaciones "Uruguay XXI"

2.3 Investimento

O Uruguai ocupava, em 2010, uma posição relativamente modesta no *ranking* mundial de países receptores de IDE – 59º lugar, e ainda uma mais modesta no de países emissores de ID – 107º lugar. No período de 2006-2010, ganhou 20 lugares no *ranking* mundial de países receptores, tendo a sua quota de mercado mundial subido de 0,10% para 0,19%, e 60 lugares no *ranking* mundial de países emissores, embora mantendo em termos estatísticos estável a sua quota de mercado (0,00%).

Apesar dos fluxos de IDE entrados no país em 2009 terem contraído 24,4% em relação a 2008, é difícil de dizer se tal facto se terá ficado a dever ao agravamento da crise económico-financeira mundial, dada a irregularidade de montantes entrados no período de 2006-2010. De todos os modos, logo em 2010, o Uruguai registou um pico histórico nos fluxos de IDE entrados no país nas últimas décadas.

O IDE tem vindo a desempenhar um papel vital na cobertura do défice corrente, bem como no aumento da produtividade e modernização da economia uruguaia, dando assim um forte contributo para a sustentabilidade do crescimento económico marcadamente dinâmico do país.

Segundo o EIU, o papel positivo do IDE na economia uruguaia é assinalável nos cinco anos do período de 2006-2010, quando os seus fluxos representaram em média mais de 6% do PIB ao ano, e, tendo em consideração o défice acumulado da balança corrente naquele período (cerca de -2,9 mil milhões de USD), bem como o montante acumulado de fluxos de IDE (cerca de 8,9 mil milhões de USD), resulta claro o seu contributo extremamente positivo para o crescimento sustentado do PIB.

Segundo o BCU, em 2010, o IDE acumulado ascendia a cerca de 14,8 mil milhões de USD, o que representava 35,9% do PIB e cerca de 4.362 USD *per capita*.

É de notar que, em 2010, os fluxos de IDE entrados no país representavam 5,7% do PIB, o que colocava o Uruguai em 2º lugar na América do Sul, em termos deste rácio, atrás apenas do Chile, e em 1º lugar no âmbito do MERCOSUL. Também, segundo o *Doing Business* 2012, do Banco Mundial, num conjunto de 183 países analisados, o Uruguai posicionava-se no 90º lugar no *ranking* sobre a facilidade de fazer negócios, tendo melhorado 17 lugares a sua posição relativamente a 2010.

Segundo dados do BCU, no período de 2001-2009 (últimos dados disponíveis), entre os principais investidores destacavam-se a Argentina com 22,7% do IDE entrado naquele período (8.608 mil milhões de USD), Espanha (9,3%), EUA (6,3%), Brasil (5,5%), Inglaterra (3,3%), Bahamas (2,8%), Bermudas (2,7%), Holanda (2,4%) e França (2,0%).

Em termos regionais, destacavam-se os países do MERCOSUL, com 29,3% do total do IDE entrado no período de 2001-2009, com realce muito especial para a Argentina, Europa (19,7%), surgindo à cabeça a Espanha, NAFTA (6,7%), com os EUA em destaque, e “Outros” (44,3%).

Em termos de destino sectorial, é de realçar o facto dos sectores agro-pecuário e silvícola, da construção e indústria transformadora terem absorvido 60% do IDE acumulado no período de 2001-2009, contrariamente ao que é habitual, em que os serviços ficam geralmente com a parte de leão. Na posição cimeira encontrava-se o sector agro-pecuário e silvícola com 24,7% do IDE acumulado naquele período, seguido do da construção (23,4%) e indústria transformadora (11,9%); o sector dos serviços foi o destino de 39,2% do IDE acumulado. O sector agro-pecuário atraiu 15% do IDE acumulado e o silvícola 9,7%; no âmbito da indústria transformadora distinguiram-se o sector de produtos alimentares e bebidas com 5,5% e o químico com 4,2%; no âmbito dos serviços destacavam-se os sectores da intermediação financeira com 9% do IDE, comércio por grosso e a retalho (5,4%), hotelaria e restauração (4,7%), transportes e comunicações (4,5%), etc.

Finalmente, segundo o BCU, em 2010, o ID uruguaio, acumulado no estrangeiro, ascendia a cerca de 304 milhões de USD.

Investimento Directo

(10 ⁶ USD)	2006	2007	2008	2009	2010
Investimento estrangeiro no Uruguai	1.493	1.329	2.106	1.593	2.355
Investimento do Uruguai no estrangeiro	-1	89	-11	16	9
Posição no “ranking” mundial					
Como receptor	79 ^a	88 ^a	74 ^a	77 ^a	59 ^a
Como emissor	167 ^a	80 ^a	172 ^a	98 ^a	107 ^a

Fonte: UNCTAD - World Investment Report 2011

2.4 Turismo

Sendo uma fonte relativamente importante de receitas (3,6% do PIB em 2010), o turismo desempenha um papel relevante no equilíbrio das contas externas do país, sobretudo tendo em consideração o forte dinamismo da taxa de crescimento das suas receitas.

Enquanto que, no período de 2006-2010, a taxa média de crescimento do número de turistas ascendeu a 7,8% ao ano, a das receitas elevou-se a 26% ao ano, o que reflecte, sem dúvida, uma melhoria da oferta e do poder de compra dos visitantes, ou o como saber tirar proveito das oportunidades geradas pelas condições naturais existentes nesta zona geográfica. Para além de “Sol e Praia”, o governo do Uruguai tem vindo a diversificar a oferta, aproveitando as condições naturais existentes para o desenvolvimento do turismo rural, ecológico, desportivo, cruzeiros e termal. É de realçar também que os efeitos negativos da crise económico-financeira mundial não tiveram qualquer impacto relevante no desenvolvimento da indústria turística.

Segundo o Ministério do Turismo e Desporto, de Uruguai, em 2010, a grande maioria dos turistas era originária da América do Sul, vindo, de longe, à cabeça a Argentina com 52,4% do número total de turistas, seguida do Brasil (15,7%), Uruguai (14,7% - residentes no estrangeiro), Chile (2,2%), Paraguai (1,5%), etc.

Indicadores do Turismo

	2006	2007	2008	2009	2010
Turistas (10 ³)	1.749	1.752	1.938	2.055	2.349
Receitas (10 ⁶ USD)	598	809	1.051	1.312	1.496

Fonte: World Tourism Organization (UNWTO)

3. Relações Económicas com Portugal

3.1 Comércio

O mercado uruguaio apresenta-se com uma importância muito modesta para a economia portuguesa, em especial no papel de seu cliente; como fornecedor, assume já uma importância medianamente relevante.

Em 2010, figurava no 94º lugar no *ranking* de clientes, com uma quota de mercado de 0,02%, e no 51º lugar no de fornecedores, com uma quota de mercado de 0,14%.

No período de 2006-2010, a posição do Uruguai subiu 15 lugares no *ranking* de clientes e 28 lugares no de fornecedores. Não obstante tratar-se de percentagens irrisórias, a sua quota na balança comercial portuguesa registou uma melhoria assinalável de 100% como cliente, e um salto quantitativo e qualitativo

impressivo de 366,7% como fornecedor. Embora, como resulta dos dados expostos, se constate uma evolução acentuadamente dinâmica das duas componentes da balança comercial, a irregularidade é a principal característica daquela evolução.

Segundo o *International Trade Center*, Portugal assumia, em 2010, uma posição incomparavelmente mais relevante na balança comercial uruguaia como cliente (20º lugar e uma quota de 1,14%), e também mais assinalável como fornecedor (50º lugar e uma quota de 0,12%). Em relação a 2006, Portugal, em 2010, subira 21 lugares no *ranking* de clientes e 2 lugares no de fornecedores, tendo, como cliente, a sua quota de mercado melhorado de forma muito significativa de 0,32% para 1,14% (+256,3%), e, como fornecedor, de 0,06% para 0,12% (+100%). Como resulta dos dados expostos, Portugal encontrava-se melhor posicionando na balança comercial uruguaia do que o Uruguai na portuguesa, o que reflectirá provavelmente a dimensão muito maior da economia portuguesa.

Nos primeiros dez meses de 2011, o Uruguai figurava como 99º cliente de Portugal, absorvendo 0,02% do total de suas exportações, e como 52º fornecedor, respondendo por 0,14% de suas importações, apontando, portanto, em 2011, para uma evolução em conformidade mais ou menos com as tendências anteriormente registadas.

Importância do Uruguai nos Fluxos Comerciais com Portugal

		2006	2007	2008	2009	2010	Jan/Out 2011
Como cliente	Posição	109º	114º	110º	104º	94º	99º
	%	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02
Como fornecedor	Posição	79º	65º	70º	86º	51º	52º
	%	0,03	0,06	0,04	0,03	0,14	0,14

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

No período de 2006-2010, a balança comercial luso-uruguaia foi sempre desfavorável a Portugal. Em consonância com o diferencial de taxas médias de crescimento das exportações e importações, de 30,7% e 125,2%, respectivamente, a taxa de cobertura das importações pelas exportações caiu de 16,5% em 2006 para 8,5% em 2010, com um pico de 28,1% em 2009, do que resultou uma forte quebra do saldo comercial de cerca de -14 para -74,9 milhões de euros, com um mínimo de -10,3 milhões de euros em 2009.

No cômputo geral, no período de 2006-2010, as exportações aumentaram 2,5 vezes, as importações 4,4 vezes e o défice comercial 5,3 vezes, reflectindo quanto o diferencial de taxas médias de crescimento das duas variáveis da balança comercial, tanto o saldo menos desequilibrado do ponto de partida.

É de realçar que a crise económico-financeira mundial terá tido efeitos negativos apenas no lado das importações, tendo estas, em relação a 2007, contraído cumulativamente 68,6% em 2008 e 2009, mas registado um aumento de aproximadamente 145% em 2010, logo, mais que compensando as quebras anteriores.

Em relação a período homólogo de 2010, nos primeiros dez meses de 2011, as exportações contraíram 9,3% e as importações cresceram 15,7%, tendo desta evolução assimétrica resultado um agravamento do défice comercial e uma regressão da taxa de cobertura.

Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 ³ EUR)	2006	2007	2008	2009	2010	Evol. ^a	Jan/Out 2010	Jan/Out 2011	Var% ^b 11/10
Exportação	2.767	2.361	3.572	4.043	6.987	30,7	6.208	5.628	-9,3
Importação	16.816	33.445	23.623	14.362	81.912	125,2	60,608	70,107	15,7
Saldo	-14.049	-31.084	-20.051	-10.320	-74.925	--	-54.400	-64.479	--
Coef. Cobertura (%)	16,5	7,1	15,1	28,1	8,5	--	10,2	8,0	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2006-2010;

(b) Taxa de crescimento homóloga

As exportações portuguesas para o Uruguai registaram, em 2010, um grau de concentração acentuadamente elevado, uma vez que um único grupo de produtos – máquinas e aparelhos com uma quota de 55,7% -, respondia por mais de metade do valor global exportado para aquele mercado, tendo, além disso, evoluído no sentido de um maior desequilíbrio estrutural em relação a 2006 (o grupo mais exportado representava então apenas 34,4% do valor total das exportações).

Dos restantes grupos de produtos são de destacar, ainda, os de produtos alimentares (5,8% do total exportado), matérias têxteis (5,7%), plásticos e borracha (5,5%), combustíveis minerais (5%) e de produtos agrícolas (4,8%).

No seu conjunto, em termos de grandes categorias económicas, a estrutura exportadora apresentava-se, em 2010, acentuadamente desequilibrada, embora agora em favor dos produtos de maior valor acrescentado, com os bens de capital respondendo por 57,7% do valor global exportado (16,2% em 2006), os bens intermédios por 30,3% (76% em 2006), e os bens de consumo por 6,4% (5,5% em 2006) – os valores confidenciais aumentaram de 2,3% para 5,6%.

Em termos de grau de intensidade tecnológica, a estrutura das exportações era, em 2010, dominada pelos produtos de alta tecnologia, com 52,3% do total exportado, seguida pelos produtos baixa tecnologia (23,6%), média-alta tecnologia (18,6%) e de média-baixa tecnologia (5,5%). É de realçar que, no período de 2006-2010, se registou uma evolução muito positiva no grau de intensidade tecnológica, tendo o peso dos produtos de alta e média-alta tecnologia no total exportado subido de 22,9% para 70,9%, com especial incidência nos de alto teor tecnológico de 2,1% para 52,3%, enquanto que o dos produtos de baixa e média-baixa tecnologia caía de 77,2% para 29,1%.

Numa óptica de maior desagregação (NC a 4 dígitos), a estrutura das exportações era, em 2010, caracterizada pelas máquinas automáticas para processamento de dados/unidades, leitores magnéticos, etc., com 44,8% do total exportado, óleos de petróleo ou minerais betuminosos, excluindo óleos brutos, preparações etc. (4,6%), polímeros de etileno, em formas primárias (4,4%), vinhos de uvas frescas (4,1%), etc.

Finalmente, há que realçar que as exportações portuguesas para o Uruguai mostram padrões de negócios bastante instáveis. Com efeito, tomando como referência os dez primeiros capítulos pautais da NC (a dois dígitos) de 2006, registava-se, em 2010, o aparecimento de seis novos capítulos pautais, ou seja, uma taxa de variabilidade de 60%, reflectindo, assim, a busca ainda em curso de nichos de mercado mais adequados à procura do mercado uruguaio, ou, quiçá, uma confiança exagerada na descoberta de oportunidades em negócios de ocasião.

De acordo com os dados do INE, o número de empresas que têm vindo a exportar produtos para o Uruguai aumentou de 58 em 2006 para 70 em 2010, reflectindo, assim, um interesse tendencialmente crescente dos agentes económicos portugueses por aquele mercado.

Exportações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2006	%	2009	%	2010	%
Máquinas e aparelhos	441	15,9	1.885	46,6	3.894	55,7
Produtos alimentares	136	4,9	321	7,9	407	5,8
Matérias têxteis	540	19,5	462	11,4	399	5,7
Plásticos e borracha	106	3,8	77	1,9	384	5,5
Combustíveis minerais	1	0,0	165	4,1	350	5,0
Produtos agrícolas	158	5,7	157	3,9	333	4,8
Produtos químicos	140	5,1	29	0,7	187	2,7
Madeira e cortiça	154	5,6	168	4,2	166	2,4
Metais comuns	951	34,4	298	7,4	132	1,9
Veículos e outro material de transporte	7	0,3	4	0,1	130	1,9
Minerais e minérios	42	1,5	154	3,8	116	1,7
Pastas celulósicas e papel	10	0,4	6	0,2	41	0,6
Calçado	4	0,1	0	0,0	15	0,2
Vestuário	11	0,4	8	0,2	10	0,1
Instrumentos de óptica e precisão	1	0,0	71	1,8	10	0,1
Peles e couros	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros produtos	3	0,1	24	0,6	18	0,3
Valores confidenciais	64	2,3	213	5,3	392	5,6
Total	2.767	100,0	4.043	100,0	6.987	100,0

O grau de concentração das importações é de longe superior ao das exportações, uma vez que quase 100% do valor global importado, em 2010, diz respeito apenas a dois grupos de produtos – madeira e cortiça (76,6%) e produtos agrícolas (22,6%), sendo de notar ainda um reforço do grau de concentração em 2,3 pontos percentuais em relação a 2006.

Dos restantes grupos de produtos, em 2010, marcavam ainda presença na estrutura importadora os de matérias têxteis (0,3% do total), plásticos e borracha (0,1%), produtos químicos (0,1%) e de metais comuns (0,1%).

No seu conjunto, as importações acusaram, em 2010, por grandes categorias económicas, um desequilíbrio estrutural ainda maior (quase absoluto), com os bens intermédios respondendo por 99,8% do valor global das importações (63,2% em 2006), os bens de capital por 0,0% (0,2% em 2006), e os bens de consumo por 0,0% (0,5% em 2006) - o peso dos valores confidenciais caiu de 36% para 0,0%.

Em termos de grau de intensidade tecnológica, a estrutura das importações era, em 2010, dominada pelos produtos de baixa tecnologia, com 98,8% do total das compras, seguida pelos de média-alta tecnologia (0,7%), média-baixa tecnologia (0,4%) e de alta tecnologia (0,1%). É de notar que, no período de 2006-2010, se registou, por assim dizer, uma grande estabilidade no grau tecnológico dos produtos importados, com os de baixo teor tecnológico representando já também 98,2% do total importado, em 2006. É de realçar igualmente o aumento da participação dos produtos industriais transformados no valor global das importações de 53,5% em 2006 para 67% em 2010, reflectindo a irrupção do grupo de produtos de madeira e cortiça nas importações em detrimento do peso do grupo de produtos agrícolas nas mesmas.

Numa óptica mais desagregada (NC a quatro dígitos), destacavam-se, na estrutura das importações, em 2010, a lenha, serradura e desperdícios de madeira com 53,5% do total das compras, madeira em bruto, mesmo descascada, desalburnada ou esquadriada (22,7%), citrinos, frescos ou secos (9,2%), carnes de animais da espécie bovina, congeladas (4,8%), carnes de animais bovinos, frescas ou refrigeradas (4,7%), etc.

Finalmente, há que realçar que as importações portuguesas do Uruguai mostram padrões de negócios relativamente estáveis. Com efeito, tomando como referência os dez primeiros capítulos pautais da NC (a dois dígitos) de 2006, registava-se, em 2010, o aparecimento de apenas três novos capítulos pautais, ou seja, uma taxa de variabilidade de 30%, reflectindo, assim, a detecção de nichos de mercado mais ou menos adequados à procura do mercado português, embora com uma estrutura importadora excessivamente concentrada, como já mencionado.

De acordo com os dados do INE, o número de empresas portuguesas que têm vindo a adquirir produtos no Uruguai diminuiu de 68 em 2006 para 59 em 2010, reflectindo provavelmente a manutenção de um elevado grau de concentração das importações.

Importações por Grupos de Produtos

(10 ³ EUR)	2006	%	2009	%	2010	%
Madeira e cortiça	72	0,4	71	0,5	62.720	76,6
Produtos agrícolas	10.241	60,9	13.456	93,7	18.503	22,6
Matérias têxteis	221	1,3	27	0,2	280	0,3
Plásticos e borracha	19	0,1	1	0,0	118	0,1
Produtos químicos	0	0,0	122	0,9	66	0,1
Metais comuns	1	0,0	2	0,0	56	0,1
Máquinas e aparelhos	0	0,0	8	0,1	39	0,0
Minerais e minérios	35	0,2	47	0,3	32	0,0
Peles e couros	45	0,3	133	0,9	30	0,0
Produtos alimentares	42	0,2	32	0,2	27	0,0
Vestuário	49	0,3	81	0,6	27	0,0
Veículos e outro material de transporte	1	0,0	0	0,0	9	0,0
Pastas celulósicas e papel	2	0,0	0	0,0	1	0,0
Instrumentos de óptica e precisão	31	0,2	16	0,1	0	0,0
Combustíveis minerais	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Calçado	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros produtos	1	0,0	11	0,1	2	0,0
Valores confidenciais	6.054	36,0	355	2,5	0	0,0
Total	16.816	100,0	14.362	100,0	81.912	100,0

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

3.2 Serviços

Não existem dados disponíveis que nos permitam fazer uma análise aos fluxos dos Serviços entre ambos os países.

3.3 Investimento

Não existem dados disponíveis que nos permitam fazer uma análise dos fluxos relativos ao Investimento.

3.4 Turismo

Não existem dados disponíveis que nos permitam fazer uma análise dos fluxos relativos ao Turismo.

4. Relações Internacionais e Regionais

A República do Uruguai é membro do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) e da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências especializadas, de entre as quais se destacam o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Integra a Organização Mundial de Comércio (OMC) desde 1 de Janeiro de 1995.

A nível regional, este país faz parte do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), do Sistema Económico Latino-Americano e do Caribe (SELA), da Organização dos Estados Americanos (OEA, mais conhecida pela sigla em inglês – OAS – *Organization of American States*), entre outras. De destacar, ainda, o relacionamento bilateral com a União Europeia.

O MERCOSUL (<http://www.mercosur.int/>), cujos membros fundadores são o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, e aos quais se juntou, em 4 de Julho de 2006, a Venezuela (o Tratado de adesão aguarda apenas pela ratificação do parlamento do Paraguai para que este país se torne no quinto membro de pleno direito deste bloco sul-americano), foi criado em 26 de Março de 1991, pelo Tratado de Assunção e traduz-se, em termos gerais, num projecto de integração sub-regional, que visa promover o progresso económico e social entre os seus membros, através da constituição gradual de um Mercado Comum.

Actualmente, o MERCOSUL encontra-se, ainda, numa *etapa do processo de integração definida como União Aduaneira*, cujo objectivo final é evoluir para a condição de Mercado Comum, compreendendo não só o livre comércio entre os países membros e a aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC) face a países terceiros, mas, também, a livre circulação dos factores de produção – capital e trabalho.

A ALADI (<http://www.aladi.org/>) é um organismo intergovernamental que foi criado em 1980 (Tratado de Montevideo) e visa fortalecer as relações entre os seus membros, através da celebração de acordos bilaterais, modernização da estrutura produtiva dos países signatários, harmonização das respectivas políticas macroeconómicas e promoção de uma participação mais activa dos diferentes grupos sociais no processo de integração. Como objectivo final, pretende-se a criação, de forma gradual e progressiva, de um mercado latino-americano, através da aplicação de uma Preferência Tarifária Regional (PTR), ou seja, redução de direitos aduaneiros entre as partes. Para além do Uruguai, integram a ALADI os seguintes países: Argentina; Bolívia; Brasil; Chile; Colômbia; Cuba; Equador; México; Paraguai; Peru; e Venezuela.

O SELA (<http://www.sela.org/>), formado por 28 países, foi criado em 1975 com a finalidade de acelerar o desenvolvimento económico e social dos seus membros, através da cooperação inter-regional e do estabelecimento de um sistema permanente de consulta e coordenação em assuntos de natureza económica e social.

Por sua vez, a OEA/OAS (<http://www.oas.org/en/default.asp>), instituída em 1948 por 21 nações, alargada posteriormente a outras 14 (sendo que Cuba suspendeu a sua ligação entre 1962 e 2009, ano em que optou por não a retomar), tem como objectivos promover práticas de boa gestão governamental, fortalecer os direitos humanos, incentivar a paz e a segurança, expandir o comércio, e encontrar soluções para os problemas provenientes da pobreza, drogas e corrupção entre os “povos das Américas”.

No que respeita ao relacionamento com a União Europeia, o regime legal está vertido, fundamentalmente, no Acordo-Quadro de Cooperação Uruguai/CEE, assinado em Novembro de 1991 e em vigor 1 de Janeiro de 1994, e no Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Mercosul/UE, assinado em 15 de Dezembro de 1995 e em vigor desde 1 de Julho de 1999.

Os principais objectivos que presidiram ao estabelecimento do *Acordo-Quadro de Cooperação Uruguai/CEE* (de natureza não preferencial) foram o desenvolvimento das relações mútuas e o fomento da cooperação em matéria comercial, industrial, investimento, ambiente, científica e tecnológica (<http://ec.europa.eu/world/agreements/prepareCreateTreatiesWorkspace/treatiesGeneralData.do?step=0&redirect=true&treatyId=421>).

Com o *Acordo-Quadro de Cooperação Mercosul/UE* pretendeu-se o aprofundamento das relações entre as partes e a preparação das condições para a criação de um Acordo de Associação Inter-Regional que incluirá a liberalização do comércio de bens e serviços, de acordo com as regras da OMC, entre outras matérias no domínio económico, técnico, político, institucional e cultural (<http://ec.europa.eu/world/agreements/prepareCreateTreatiesWorkspace/treatiesGeneralData.do?step=0&redirect=true&treatyId=405> / <http://eeas.europa.eu/mercosur/>).

Importa também mencionar que a UE financia medidas destinadas a promover a cooperação com os países, territórios e regiões em desenvolvimento. Assim, o *Regulamento n.º 1905/2006, de 18 de Dezembro* (alterado pelo Regulamento n.º 1341/2011 de 13 de Dezembro), institui um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento com aplicação entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013.

Para a América Latina (o Uruguai consta dos países elegíveis) a assistência comunitária incide especialmente nos seguintes domínios de cooperação:

- Promoção da coesão social, apoiando as políticas fiscais, o investimento produtivo para mais e melhores empregos, as políticas de luta contra a discriminação e a produção, consumo e tráfico de drogas e a melhoria dos serviços sociais básicos, em especial a saúde e a educação;
- Promoção de uma maior integração regional, nomeadamente no apoio a diferentes processos de integração regional;

- Apoio ao reforço da boa governação e das instituições públicas, bem como da protecção dos direitos do Homem;
- Apoio à criação de um espaço comum UE – América Latina do ensino superior;
- Promoção do desenvolvimento sustentável, em todas as suas dimensões, com especial atenção à protecção da floresta e à diversidade biológica.

Para informação mais pormenorizada sobre o relacionamento bilateral entre a União Europeia e o Uruguai os interessados podem consultar o Site da União Europeia, no tema *External Action* – http://eeas.europa.eu/uruguay/index_en.htm.

5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

5.1 Regime Geral de Importação

De um modo geral, o regime comercial do Uruguai caracteriza-se por apresentar um pendor mais liberal, na sequência de medidas tomadas pelas autoridades governamentais com vista a modernizar e agilizar as trocas comerciais com o exterior. De facto, o quadro legal era disperso, complexo e muitas vezes desactualizado, razão pela qual o Governo procedeu a uma importante reforma aduaneira que se traduziu na aprovação (em Setembro de 2006) de um “Programa de Modernização Aduaneira”, cujos objectivos consistiram na desburocratização dos procedimentos e formalidades alfandegárias, na implementação de alterações a nível legislativo, na qualificação dos recursos humanos e na planificação e avaliação dos resultados.

As operações de importação estão definidas no Código Aduaneiro (Decreto-Lei n.º 15.691, de 27 de Novembro de 1984) e as formalidades previstas em legislação própria. Assim, o Decreto n.º 312/1998, de 3 de Novembro, estabelece que as operações de entrada de mercadorias no país se realizam mediante a apresentação do Documento Único Aduaneiro (DUA).

Por sua vez, o Sistema Informático da *Dirección Nacional de Aduanas* (<http://www.aduanas.gub.uy/>), determina se os produtos acompanhados dos DUA são objecto de controlo total, parcial ou estão isentos desta formalidade, previamente ao respectivo desembaraço. Deste modo, o Decreto n.º 570/1994, de 29 de Dezembro, define 3 canais de inspecção: verde (os bens são entregues sem qualquer controlo de documentação ou valor aduaneiro); laranja (as mercadorias são objecto de verificação documental); e vermelho (para além da inspecção dos documentos, os produtos estão também sujeitos a inspecção física); Mais informação disponível no Site das Alfândegas do Uruguai (*Procedimiento DUA – Importaciones* – http://www.aduanas.gub.uy/innovaportal/v/5363/8/innova.front/procedimiento_dua_-_importaciones.html).

Não obstante a liberalização geral das importações e a ausência de restrições quantitativas, existem algumas exceções: produtos proibidos com o fim de proteger o meio ambiente, a saúde dos consumidores ou a segurança pública (ex.: armas e munições, automóveis usados, alguns insecticidas, produtos que contenham amianto); mercadorias importadas apenas por organismos públicos (ex.: petróleo e seus derivados e estupefacientes); e produtos submetidos a licença (ex.: açúcar refinado para fins industriais, azeite, produtos têxteis e calçado).

De referir, também, que existe uma grande diversidade de normas que impõem o cumprimento de vários requisitos, nomeadamente, o registo de produtos – insecticidas para uso agrícola, equipamentos médicos, medicamentos, cosméticos, bebidas, etc.

Não existe um Sistema Nacional de Regulação e Controlo da qualidade alimentar, mas os géneros alimentícios devem ser registados (pelo importador previamente à entrada dos bens) junto dos Serviços de Regulação Alimentar *Bromatología* da Intendência Municipal onde vão ser colocados no consumo para venda.

O *Laboratorio Tecnológico del Uruguay* (LATU – <http://latu21.latu.org.uy/es/>) é a entidade responsável pelo controlo e inspeção dos produtos alimentares, industriais, etc., no que respeita à rotulagem e etiquetagem. Consoante os bens, podem, também, intervir outros organismos como: *Dirección General de Servicios Ganaderos* (MGAP – <http://www.mgap.gub.uy/DGSG/Default.htm>), para produtos de origem animal; *Dirección Nacional de Recursos Acuáticos* (DINARA – http://www.dinara.gub.uy/web_dinara/) para produtos derivados da pesca; *Instituto Nacional de Vitivinicultura* (INAVI – <http://www.inavi.com.uy/>), para o vinho, e a *Administración Nacional de Combustibles, Alcoholes y Pórtland* (ANCAP – <http://www.ancap.com.uy/>), para os combustíveis, entre outros.

O Uruguai adoptou a Nomenclatura Comum do Mercosul, baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH). Com a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, o Uruguai passou a aplicar, na maioria dos produtos importados de países terceiros, o mesmo nível de direitos alfandegários que os restantes parceiros. As mercadorias comunitárias estão sujeitas aos impostos na TEC. Os dois blocos estão em negociações com vista à eliminação das barreiras tarifárias, no âmbito do Acordo Inter-Regional de Cooperação entre a UE e o Mercosul, sem que, no entanto, haja data prevista para a conclusão das mesmas.

Os direitos aduaneiros são calculados numa base *ad valorem* sobre o valor CIF das mercadorias e podem ser consultados no Site da responsabilidade da União Europeia *Market Access Database* – <http://madb.europa.eu/mkaccdb2/indexPubli.htm> (em *Applied Tariffs Database*).

Para além dos direitos, incide sobre as importações o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – taxa normal 22% e taxa mínima de 10% (incide sobre bens essenciais, como por exemplo, alimentos, artigos domésticos, medicamentos, serviços hoteleiros, etc.). É intenção do Governo reduzir, gradualmente, a taxa base para 20%.

No que respeita às Zonas Francas, criadas em 1934, estas regem-se, fundamentalmente, pela Lei n.º 15.921, de 17 de Dezembro de 1987 e pelo Decreto n.º 454/1988, de 14 de Julho de 1988, entre outros diplomas (<http://www.zfrancas.gub.uy/english/legislation/index.html>). Cabe à “Área Zonas Francas” do Ministério da Economia e Finanças (<http://www.zfrancas.gub.uy/english/index.php>) a administração, supervisão e controlo das mesmas. No Uruguai existem várias Zonas Francas (<http://www.zfrancas.gub.uy/english/ftzuruguay/index.html>), sendo que as mais importantes são as Zona Francas de Montevideo, Colónia e Nueva Palmira.

5.2 Regime de Investimento Estrangeiro

A base legal do investimento, que estabelece um regime liberal, consubstancia-se na Lei n.º 16.906, de 20 de Janeiro de 1998, regulamentada pelos Decretos n.ºs. 59/1998 e 92/1998, de 21 de Abril e Decreto n.º 455/2007, de 26 de Novembro e em medidas empreendidas nos últimos anos com vista a melhorar o ambiente de negócios das empresas e a atrair o capital externo.

Assim, o Governo aprovou, em 2007, nova legislação com vista a simplificar os procedimentos e formalidades envolvidos na análise dos projectos de investimento, nomeadamente no que respeita à concessão de incentivos e procedeu à reforma do Sistema Tributário.

No que respeita ao investimento externo, o legislador definiu na Lei n.º 16.906, as seguintes directrizes:

- *Tratamento do investidor* – Princípio de igualdade de tratamento entre promotores, nacionais e estrangeiros;
- *Formalidade* – Não é necessário registo ou autorização prévia das operações;
- *Acesso aos Sectores de Actividade* – A maioria dos sectores de actividade está aberta à iniciativa privada, com excepção dos que são monopólio do Estado (distribuição de energia eléctrica, serviço de água e saneamento, refinaria de combustíveis), ou por ele controlados (o investidor externo pode obter uma concessão para aceder ao seu exercício). A propriedade de empresas de radiodifusão e televisão está restrita a cidadãos nacionais;
- *Trabalhadores* – Não há limitações para a contratação de cidadãos estrangeiros, salvo para alguns sectores específicos em que é necessário cumprir uma quota mínima de trabalhadores nacionais (ex.: sector da pesca e sociedades de zonas francas);
- *Repatriação* – Livre transferência de capital e lucros para o exterior;
- *Criação de Empresas* – Liberdade de optar por qualquer forma jurídica de constituição de uma sociedade de acordo com o Direito Societário do Uruguai, ou uma forma de representação da empresa estrangeira (sucursal ou escritório de representação).

Relativamente aos incentivos, o regime legal de investimento (Lei n.º 16.906 e decretos regulamentares) disponibiliza uma variedade de apoios específicos de natureza fiscal, desde que a operação seja considerada de interesse relevante para o país. Os interessados podem aceder a informação no Site *Uruguay XXI – Sistema de Incentivos*:

http://www.uruguayxxi.gub.uy/innovaportal/v/469/1/innova.front/sistema_de_incentivos.html.

Ainda são disponibilizados apoios financeiros à qualificação de recursos humanos, isenções fiscais para os investimentos em equipamento industrial e para o reinvestimento dos lucros gerados no país, benefícios para as empresas instaladas em zonas francas, incentivos sectoriais (ex.: florestal, turismo, investigação, indústria de *software*, indústria naval, criação de fontes de energias renováveis) – http://www.uruguayxxi.gub.uy/innovaportal/v/975/1/innova.front/regimenes_sectoriales_especificos.html, regionais, entre outras ajudas, nomeadamente, financiamentos concedidos por instituições bancárias.

Quanto à estrutura organizacional envolvida nas operações de investimento, destacam-se:

- *Uruguay XXI – Instituto de Promoción de Inversiones y Exportaciones de Bienes e Servicios* – Constitui o principal organismo promotor do investimento e da exportação no Uruguai, que se encontra na dependência do *Ministerio de Asuntos Exteriores* (<http://www.uruguayxxi.gub.uy/>);
- *Unidad de Apoyo al Desarrollo y la Inversión en el Sector Privado* – Criada no final de Dezembro de 2006, no seio do *Ministerio da Economía e Finanzas*, que visa propor, implementar e coordenar as políticas de investimento, contribuindo para o progresso e desenvolvimento económico do país (<http://www.mef.gub.uy/inversion.php>);
- *Corporación Nacional para el Desarrollo* (CND) – Sociedade financeira de investimento em capital de risco (<http://www.cnd.org.uy/>).

Finalmente, por forma a promover e a reforçar o desenvolvimento das relações de investimento entre os dois países, foi assinado entre Portugal e o Uruguai o Acordo sobre Promoção e Protecção Mútua de Investimentos (em vigor desde Novembro de 1999) e, mais recentemente, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e o Património que aguarda entrada em vigor após cumprimento dos requisitos de direito interno dos Estados contratantes necessários para o efeito.

5.3 Quadro Legal

Regime de Importação

- *Lei n.º 15.921, de 17 de Dezembro de 1987 e Decreto n.º 454/1988, de 14 de Julho (entre muitos outros)* – Definem o regime legal das Zonas Francas.

- *Decreto-Lei n.º 15.691, de 27 de Novembro de 1984 (e alterações posteriores) e Decretos n.ºs 570/1994, de 29 de Dezembro e 312/1998, de 3 de Novembro* – Estabelecem o Código Aduaneiro e os procedimentos alfandegários, respectivamente.

Os interessados podem consultar, no Site da União Europeia, tema *External Action*, informação sobre o relacionamento bilateral UE/Uruguai – http://ec.europa.eu/external_relations/uruguay/index_en.htm.

Regime de Investimento Estrangeiro

- *Decreto n.º 155/2010, de 24 de Maio* – Aprova o regime simplificado de abertura de Sociedades de Responsabilidade Limitada e Sociedades Anónimas.
- *Lei n.º 18.083, de 27 de Dezembro de 2006* – Regulamenta o novo Sistema Tributário do Uruguai.
- *Decreto n.º 175/2003, de 7 de Maio (alterado pelo Decreto n.º 350/2004 e Decreto n.º 262/2005)* – Define os incentivos para o Sector do Turismo.
- *Lei n.º 16.906, de 20 de Janeiro de 1998 e Decretos Regulamentares n.ºs 59/1998, de 4 de Março e 92/1998, de 21 de Abril e 455/2007, de 26 de Novembro* – Regulam o investimento nacional e estrangeiro no Uruguai e as ajudas a conceder aos projectos de investimento.
- *Lei n.º 16.060, de Janeiro de 1990* – Rege as Sociedades Anónimas e as Sociedades de Responsabilidade Limitada, entre outras.
- *Lei n.º 15.939, de 28 de Dezembro de 1987 e Decreto n.º 220/2006* – Estabelece e regulamenta, respectivamente, os incentivos fiscais no Sector Florestal.

Acordos Relevantes

- *Resolução da Assembleia da República n.º 77/2011, de 5 de Abril* – Aprova a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Património e respectivo Protocolo entre Portugal e o Uruguai.
- *Decreto n.º 65/97, de 30 de Dezembro* – Aprova o Acordo de Promoção e Protecção Mútua de Investimentos entre Portugal e o Uruguai.

Para mais informação sobre mercados externos, consulte o Site da aicep Portugal Global, – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/SobreMercadosExternos/Paginas/SobreMercadosExternos.aspx>.

6. Informações Úteis

Formalidades na Entrada

Os cidadãos portugueses com passaporte válido podem entrar no Uruguai para permanência até 90 dias, ou em viagem de trânsito, sem necessidade de visto (é recomendável que o passaporte tenha, no momento da entrada no país, uma validade de pelo menos 6 meses). A fixação de residência ou o exercício de actividade profissional dependem da concessão de visto.

Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.

No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, a cobertura para o Uruguai é a seguinte (Janeiro de 2012):

Curto prazo – Carta de crédito irrevogável (decisão casuística).

Médio/Longo prazo – Não definida.

Indicações mais pormenorizadas sobre políticas e condições de cobertura podem ser obtidas junto da Direcção Internacional da COSEC.

Hora Local

UTC menos três Horas. Em relação a Portugal, o Uruguai tem menos cinco horas no horário de Inverno e menos quatro horas no horário de Verão.

Horários de Funcionamento

Serviços Públicos:

Das 09h00 às 17h00 (de segunda-feira a sexta-feira)

Bancos:

Das 13h00 às 17h00 (de segunda-feira a sexta-feira)

Comércio:

Das 09h00 às 19h00 (de segunda a sexta-feira)

Das 09h00 às 13h00 (sábados)

Feriados

01 de Janeiro	Ano Novo
06 de Janeiro	Epifania
Fevereiro/Março	Carnaval (2 dias)
Março/Abril *	Semana Santa – Sexta Feira Santa
17 de Abril	Desembarque dos Trinta e Três Orientais
1 de Maio	Dia do Trabalhador
22 de Maio	Batalha das Pedras
19 de Junho	Aniversário do nascimento do General José G. Artigas
18 de Julho	Dia da Constituição
25 de Agosto	Dia da Independência
2 de Novembro	Dia dos Defuntos
25 de Dezembro	Natal

* Feriado de data variável

Corrente Eléctrica

220 volts.

Pesos e Medidas

É utilizado o sistema métrico decimal.

7. Endereços Diversos

Em Portugal

Embaixada de Uruguai em Portugal

Rua Sampaio e Pina 16, 2º

1070-249 Lisboa

Tel.: (+ 351) 21 388 92 55 / 65 | Fax: + 351 21 388 92 45

E-mail: urulusi1@mail.telepac.pt

Consulado de Uruguai em Lisboa

Rua Sampaio e Pina 16, 2º

1070-249 Lisboa

Tel.: (+ 351) 21 388 92 55 / 65 | Fax: + 351 21 388 92 45

E-mail: urulusi@sapo.pt

Consulado de Uruguai no Porto
Pátio das Japoneiras, 5
4150-410 Porto
Tel.: (+ 351) 22 607 66 10 | Fax: + 351 22 999 32 00
E-mail: jrvap@mail.telepac.pt

aicep Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE
O' Porto Bessa Leite Complex
Rua António Bessa Leite, 1430, 2º
4150-074 Porto – Portugal
Tel.: (+351) 226 055 300 | Fax: (+351) 226 055 399
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

aicep Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE
Av. 5 de Outubro, 101
1050-051 Lisboa – Portugal
Tel.: (+351) 217 909 500 | Fax: (+351) 217 909 581
E-mail: aicep@portugalglobal.pt | <http://www.portugalglobal.pt>

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA
Direcção Internacional
Av. da República, 58
1069-057 Lisboa – Portugal
Tel.: (+351) 217 913 821 | Fax: (+351) 217 913 839
E-mail: international@cosec.pt | <http://www.cosec.pt>

Autoridade Tributária Aduaneira
Rua da Alfândega, n.º 5
1149-006 Lisboa – Portugal
Tel.: (+351) 218 813 700 | Fax: (+351) 218 813 818
Web: <https://www.e-financas.gov.pt/de/jsp-dgaiec/main.jsp>

No Uruguai

Embaixada de Portugal no Uruguai
Av. Dr. Francisco Soca 1128, Apto. 701
11300 – Montevideo
Tel.: (+ 5) 982 708 40 61 | Fax: (+ 5) 982 709 64 56
E-mail: embport@montevideu.dgaccp.pt

Consulado Geral de Portugal no Uruguai
Dr. Francisco Soca 1128, Apto. 701
11300 – Montevideo
Tel.: (+ 5) 982 708 40 61 | Fax: (+ 5) 982 709 64 56
E-mail: sconsular@montevideu.dgaccp.pt

Ministerio de Economía y Finanzas (MEF)
Colonia 1089, 3º P
Montevideo
Tel.: (+ 5) 982 17 12 29 10 | Fax: (+ 5) 982 17 12 29 19
E-mail: seprimef@mef.gub.uy | Web: <http://www.mef.gub.uy/portada.php>

Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP)
Constituyente 1476
11200 Montevideo
Tel.: (+ 5) 982 410 41 55 / 56 / 57 / 58 | Fax: (+ 5) 982 410 41 55 / 56 / 57 / 58
Web: <http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxpp001.aspx>

Ministerio de Industria, Energía y Minería (MIEM)
Paysandú esq. Libertador Brig. Gral Lavalleja, piso 4º
Montevideo
Tel.: (+ 5) 982 900 0231 | Fax: (+ 5) 982 900 02 91
Web: <http://www.miem.gub.uy/gxpsites/hgxpp001?5>

Ministerio de Relaciones Exteriores (MRREE)
Colonia 1206
Montevideo
Tel.: (+ 5) 982 902 10 10 | Fax: (+ 5) 982 902 13 27
E-mail: webmaster@mrree.gub.uy | Web: <http://www.mrree.gub.uy/gxpsites/hgxpp001>

Ministerio de Turismo y Deporte
Rambla 25 de Agosto de 1825 esq. Yacaré
Montevideo
Tel.: (+ 5) 982 188 51 00 | Fax: (+ 5) 982 916 24 87
E-mail: webmaster@mintur.gub.uy | Web: <http://www.turismo.gub.uy/>

Instituto Nacional de Estadística (INE)
Río Negro 1520 – 11100
Montevideo
Tel.: (+ 5) 982 902 73 03 | Fax: (+ 5) 982 903 2780
E-mail: difusion@ine.gub.uy | Web: <http://www.ine.gub.uy/>

Banco Central del Uruguay (BCU)

c/ Florida esq. Paysandú

Montevideo

Tel.: (+ 5) 982 29022090 | Fax: (+ 5) 982 29021782

E-mail: info@bcu.gub.uy | Web: <http://www.bcu.gub.uy/Paginas/Default.aspx>

Delegação da Comissão Europeia no Uruguai

Bulevar Artigas 1300

11300 Montevideo

Tel.: (+ 5) 982 19 440 | Fax: (+ 5) 982 19 440 122

E-mail: delegation-uruguay@ec.europa.eu

Banco República (BROU)

Av. 18 de Julio 1000

Montevideo

Tel.: (+ 5) 982 902 01 91 | Fax: (+ 5) 982 908 56 17

Web: <http://www.brounet.com.uy/>

Banco de Seguros del Estado (BSE)

Av. del Libertador 1465

Montevideo

Tel.: (+ 5) 982 908 93 03

Web: <http://www.bse.com.uy/bse/>

Cámara de la Construcción del Uruguay

Plaza Independencia 842, piso 9

Esc. 905

Montevideo

Tel.: (+5) 982 908 35 72, Fax: (+5) 982 900 69 00

Web: <http://www.ccu.com.uy/>

Cámara de Industrias del Uruguay

Avenida Italia 6101

Montevideo

Tel.: (+5) 982 604 04 64

Web: <http://www.ciu.com.uy/>

Cámara Nacional de Comercio y Servicios del Uruguay

Rincón 454, piso 2

Montevideo

Tel.: (+5) 982 916 12 77

Web: <http://www.cncs.com.uy/>

8. Fontes de Informação

8.1 Informação Online **AICEP** Portugal Global

Documentos Específicos sobre o Uruguai

- Título: “Uruguai – Relações Económicas Bilaterais com o Uruguai 2006-2011”
Edição: 11/2011
- Título: “Uruguai – Convenção para Evitar a Dupla Tributação com Portugal”
Edição: 04/2011
- Título: “Uruguai – Relações Económicas com Portugal”
Edição: 03/2010
- Título: “Uruguai – Acordos Bilaterais Portugal/Mercosul”
Edição: 03/2010
- Título: “Uruguai – Condições Legais de Acesso ao Mercado”
Edição: 04/2009
- Título: “Uruguai – Sites Seleccionados”
Edição: 04/2009
- Título: “Uruguai – Acordo de Promoção e Protecção Recíprocas de Investimentos”
Edição: 06/2005

Documentos de Natureza Geral

- Título: “Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático”
Edição: 09/2010
- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”
Edição: 03/2010
- Título: “Aspectos a Acautelar num Processo de IDPE”
Edição: 04/2009
- Título: “Marcas e Desenhos ou Modelos – Regimes de Protecção”
Edição: 02/2009

- Título: “Normalização e Certificação”
Edição: 11/2008
- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”
Edição: 08/2008
- Título: “Seguros de Créditos à Exportação”
Edição: 06/2008
- Título: “Seguro de Investimento Directo Português no Estrangeiro”
Edição: 06/2008
- Título: “Guia do Exportador”
Edição: 02/2008

A Informação On-line pode ser consultada no site da aicep Portugal Global, na Livraria Digital em – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx> ou no tema “Mercados Externos” – Uruguai: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=46>.

8.2 Endereços de Internet

- Agencia de Gobierno Electrónico y Sociedad de la Información (AGESIC) – <http://www.agesic.gub.uy/>
- Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) – <http://www.aladi.org/>
- Banco Central del Uruguay (BCU) – <http://www.bcu.gub.uy/Paginas/Default.aspx>
- Banco Mundial en Uruguay – <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/BANCOMUNDIAL/EXTSPPAISES/LACINSPANISHEXT/URUGUAYINSPANISHEXT/0..menuPK:509088~pagePK:141159~piPK:51067387~theSitePK:500675,00.html>
- Banco República (BROU) – <http://www.brounet.com.uy/web/guest/home>
- Banco de Seguros del Estado (BSE) – <http://www.bse.com.uy/bse/>
- Cámara Nacional de Comercio y Servicios del Uruguay – <http://www.cnccs.com.uy/>
- Cámara Uruguaya de Tecnologías de la Información (CUTI) – http://www.cuti.org.uy/index.php?option=com_content&view=category&id=43&Itemid=105&lang=es

- Cámara de la Construcción del Uruguay – <http://www.ccu.com.uy/>
- Compras e Contrataciones Estatales – <http://www.comprasestatales.gub.uy/consultas/ConsultaCompras.php?pCompra=ca>
- Corporación Nacional para el Desarrollo (CND) – <http://www.cnd.org.uy/>
- Delegación de la Comisión Europea en Uruguay – http://eeas.europa.eu/delegations/uruguay/index_es.htm
- Dirección General Impositiva (DGI) – <http://www.dgi.gub.uy/wdgi/hgxpp001>
- Dirección General de Comercio del MEF (Área Zonas Francas) – <http://www.zfrancas.gub.uy/espanol/index.php>
- Dirección Nacional de Aduanas – <http://www.aduanas.gub.uy/>
- Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales (IMPO) – <http://www.impo.com.uy/>
- Dirección Nacional de la Propiedad Industrial (DNPI) – <http://www.dnpi.gub.uy>
- Dirección de Inteligencia, Promoción Comercial e Inversiones (DIPCI) – <http://www.mrree.gub.uy/gxpsites/hgxpp001?7,12>
- Doing Business in Uruguay 2012 (World Bank Group) – <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/uruguay/>
- Doing Business in Uruguay – Business Reforms 2012 (World Bank Group) – <http://www.doingbusiness.org/reforms/overview/economy/uruguay>
- Doing Business in Uruguay – Law Library/Business Laws and Regulations 2011 (World Bank Group) – <http://www.doingbusiness.org/law-library/uruguay>
- Doing Business in Uruguay – Starting a Business 2011 (World Bank Group) – <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/uruguay/starting-a-business>
- European External Action Service (EEAS) – Oriental Republic of Uruguay – http://eeas.europa.eu/uruguay/index_en.htm
- Instituto Nacional de Calidad (INACAL) – <http://www.inacal.org.uy/>

- Instituto Nacional de Carnes (INAC) – <http://www.inac.gub.uy/>
- Instituto Nacional de Estadística (INE) – <http://www.ine.gub.uy/>
- Instituto Nacional de Vitivinicultura (INAVI) – <http://www.inavi.com.uy/>
- Instituto Uruguayo de Normas Técnicas (UNIT) – <http://www.unit.org.uy/>
- Laboratorio Tecnológico del Uruguay (LATU) – <http://latu21.latu.org.uy/es/>
- Legislation Uruguay (Lexadin) – <http://www.lexadin.nl/wlg/legis/nofr/oeur/lxweuru.htm>
- Market Access Database – <http://madb.europa.eu/mkaccdb2/indexPubli.htm>
- Ministerio de Economía y Finanzas (MEF) – <http://www.mef.gub.uy/portada.php>
- Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP) – <http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxpp001.aspx>
- Ministerio de Industria, Energía y Minería (MIEM) – <http://www.miem.gub.uy/gxpsites/hgxpp001?5>
- Ministerio de Relaciones Exteriores (MRREE) – <http://www.mrree.gub.uy/gxpsites/hgxpp001>
- Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (MTSS) – <http://www.mtss.gub.uy/>
- Ministerio de Turismo y Deporte de Uruguay – <http://www.turismo.gub.uy/>
- Organization of American States (OAS) – <http://www.oas.org/en/default.asp>
- Parlamento del Uruguay – <http://www0.parlamento.gub.uy/palacio3/index.asp?e=1&w=800>
- Portal del Estado Uruguayo – <http://portal.gub.uy/>
- Portal de la Empresa (PE) – <http://www.portaldelaempresa.gub.uy/>
- Presidencia del Uruguay – <http://www.presidencia.gub.uy/>
- Red Interamericana de Compras Gubernamentales (RICG) – <http://ricg.info:8080/Plone/>

- Secretaría del MERCOSUR – <http://www.mercosur.int/>
- Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (SELA) – <http://www.sela.org/view/index.asp?ms=258>
- Sistema Nacional de Registro de Empresas (SINARE) – http://www.portaldelaempresa.gub.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=96:iques-el-proyecto-sinare&catid=47:acerca-del-portal-de-la-empresa&Itemid=105
- Sistema de Ejecución de Planes de Adquisiciones (SEPA Uruguay BID) – <http://www.iniciativasepa.org/bid/sitio/uruguay/index.htm>
- Trámites del Estado – <http://tramites.gub.uy/>
- Uruguay Concurra – <https://www.uruguayconcurra.gub.uy/>
- Uruguay XXI – Instituto de Promoción de Inversiones y Exportaciones de Bienes y Servicios – <http://www.uruguayxxi.gub.uy/>